

5º DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS "DÍVIDAS OCULTAS"

## Nhangumele diz que não lesou o Estado por isso não vê necessidade de devolver os 8.5 milhões de dólares

- "Porquê?" – Foi assim que Teófilo Nhangumele respondeu à uma pergunta da Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM) sobre se sentia alguma responsabilidade de devolver ao Estado moçambicano os 8.5 milhões de dólares que recebeu da Privinvest. A OAM, que actua como assistente, explicou que o réu foi peça-chave no processo que culminou com as "dívidas ocultas", o maior escândalo financeiro em Moçambique. "Não é verdade isso! Não há nenhuma verdade na sua afirmação", reagiu Nhangumele, que estava a ser interrogado pelo terceiro dia consecutivo.



Teófilo Nhangumele foi ouvido durante três dias

O juiz usou da palavra para contextualizar a pergunta: “o veículo que você ajudou a criar, a ProIndicus, fez contrato de fornecimento de bens e serviços e de financiamento. No contrato de financiamento, o Estado emitiu garantias, assumindo que seria ele a pagar a dívida caso a ProIndicus não o fizesse. E é o que aconteceu. Quando o Estado começa a pagar essa dívida, deixa de fazer aquilo que lhe compete. Como é que diz que o Estado não tem dano se está a pagar uma dívida cujo dinheiro não recebeu?”

Em reacção, Nhangumele preferiu não responder alegando que não tomou nenhuma decisão na ProIndicus. “Eu facilitei as partes e elas estavam felizes com o meu trabalho porque era do seu interesse. Se eles não implementaram bem o projecto, se não se entenderam, isso não é meu problema. Não posso ser responsabilizado por isso”. O juiz Efigénio Baptista voltou à carga: “O senhor sempre diz que era facilitador, mas facilitador não desenha projecto. O senhor até foi apresentar o projecto na Presidência da República. Facilitador não faz isso. Os factos revelam que o senhor foi mais do que um facilitador. Esteve envolvido no projecto de tal forma que disse que ficou muito chateado quando foi afastado”.

Sobre a revisão em alta do orçamento do projecto, passando de 302 para 352 milhões de dólares, o juiz perguntou se tinha sido o reu a aumentar os 50 milhões de dólares para permitir que a Privinvest fizesse pagamentos, ao que Nhangumele respondeu negativamente. “Lembro-me do email onde consta essa informação. Mas nós estávamos a falar de 50 milhões de dólares que seriam colocados na Abu Dhabi Moçambique, a empresa que seria criada no âmbito do projecto. Não tem nada a ver com o projecto”, acrescentou. Numa das passagens de um email que Nhangumele enviou a Boustani (gestor da Privinvest), ele escreveu o seguinte: “Coloque 50 milhões de frangos... quaisquer que sejam os números que você tenha nas suas aves, eu acrescentarei 50 milhões da minha raça”.

O Ministério Público entende que “50 milhões de frangos” é uma referência aos 50 milhões de dólares que a Privinvest pagou ao Armando Ndambi Guebuza (33 milhões de dólares), Bruno Langa (8.5 milhões de dólares) e Teófilo Nhangumele (8.5 milhões de dólares). E o juiz da causa também deixou transparecer a ideia de que acreditava na versão. Aliás, Lourenço Malia, advogado de Nhangumele, voltou a queixar-se da actuação do tribunal: “Pela pouca experiência que tenho nestas lides, esta fase é reservada à recolha dos factos para a produção da prova. Aquilo



Teófilo Nhangumele

que é valorização jurídica dos factos cabe a nós. Mas aqui estamos a queimar tempo, não estamos a tratar isto com a necessária observância da lei. E isso acontece perante o silêncio do defensor da legalidade. No meio do interrogatório, há pessoas que têm o entendimento sobre como os factos aconteceram. Mas ainda não foram ouvidos todos os réus. Parece que já estão definidas as pessoas que devem ser responsabilizadas”.

Se na quinta-feira o juiz reconheceu uma falha na sua actuação e pediu desculpas ao advogado Lourenço Malia, ontem defendeu que estava a conduzir o julgamento dentro dos limites permitidos pela Lei. E disse mais: “Eu não vou fazer as perguntas nos termos em que o senhor deseja. Vou fazer segundo a Lei. Não é verdadeira a sua afirmação de que há juízos de valor. Estamos a trabalhar na produção de provas”. E quando parecia ultrapassado, foi o reu a desentender-se com o juiz quando este prosseguia com a produção da acta. Nhangumele protestou afirmando que o juiz estava a ditar respostas diferentes àquelas que ele tinha dado ao tribunal. E chegou mesmo a dizer que não iria assinar a acta porque “o juiz está a ditar aquilo que acha que eu disse”. O juiz continuou, alegando que tinha registo das respostas do reu e era exactamente o que ele estava a ditar ao escrivão.

Depois de ter falado da sua vasta e rica experiência profissional, que inclui passagens pelo ensino, negócios, gestão e trabalho no Alto Comissariado Britânico em Maputo, Nhangumele foi questionado se não via conflito de interesse e se não achava eticamente problemática a sua actuação de “facilitador” que trabalhava tanto

para as autoridades moçambicanas quanto para a Privinvest. A resposta foi não. “As duas partes (autoridades moçambicanas e Privinvest) consentiram que eu continuasse a trabalhar com elas. Não havia conflito entre as partes, elas precisavam de comunicar e eu facilitava”, explicou.

Depois de ter sido comunicado pelo então Ministro da Defesa Nacional, Filipe Nyusi, que devia se afastar do projecto de protecção da zona económica exclusiva por não ser membro das Forças de Defesa e Segurança, Nhangumele participou em pelo menos uma reunião no Ministério das Finanças. Ontem voltou a ser questionado porquê insistiu em participar em encontros onde eram discutidos assuntos relacionados com o projecto, ao que respondeu que ele tinha sido afastado pelas autoridades moçambicanas, mas continuava a colaborar com Jean Boustani. “Foi ele quem me informou da reunião entre Credit Suisse e as autoridades moçambicanas no Ministério das Finanças e pediu que fosse ajudar a delegação do banco com serviços de tradução”.

À pergunta de insistência sobre porquê continuou no encontro mesmo depois de António Carlos do Rosário ter o informado no parque de estacionamento do Ministério das Finanças que era melhor que não participasse, Nhangumele disse que ficou porque “a doutora Piedade Macamo pediu que ficasse para ajudar na comunicação”. E acrescentou: “Eu não vi nenhum problema nisso. Se há alguém que desobedeceu as ordens não sou”. Mas o juiz insistiu que o reu não obedeceu às ordens dadas tanto pelo Ministro da Defesa Nacional para se afastar do projecto, incluindo a indicação do oficial do SISE António

Carlos do Rosário de que seria melhor que não participasse do encontro entre o Ministério das Finanças e o Credit Suisse.

A viagem à Alemanha - a primeira que Nhangumele fez na companhia de Bruno Langa e Ndambi Guebuza supostamente para verificar as capacidades do futuro fornecedor do projecto - voltou ao debate na sessão desta sexta-feira. Isso devido as aparentes contradições do próprio Nhangumele. Num primeiro momento, ele teria dito que a sua missão naquela viagem era apresentar as autoridades moçambicanas à Privinvest. Num segundo momento, disse que só descobriu que António Carlos do Rosário representava as autoridades moçambicanas quando ele apresentou o seu cartão-de-visita. "Vi o emblema da República de Moçambique no seu cartão e também estava escrito qualquer coisa como assessor ou conselheiro do Presi-

dente da República".

O juiz comentou: "Quando saiu de Maputo até chegar à Alemanha, o senhor não sabia que ia apresentar as autoridades moçambicanas porque nem sequer sabia quem eram". Nhangumele reagiu nos seguintes termos: "Eu sabia que ia levar representantes das autoridades moçambicanas, mas não sabia quem exactamente". E disse mais: que só ficou a saber que António Carlos do Rosário era oficial do SISE na Alemanha, depois de uma conversa com ele.

Já lá para o fim da sessão, o juiz confrontou Nhangumele com um acordo que ele assinou com Inaete Merali, à época gestor do Moza Banco, de transferência de 300 mil dólares da conta do reu domiciliada em Abu Dhabi para a conta daquele no banco português BPI. Uma vez recebido o valor em Portugal, Merali passou o valor ao Nhangumele aqui em Moçambique já em

meticais. Os dois assumiram que os valores transferidos eram de conveniência lícita.

A pergunta do juiz: "Porquê não transferiu o dinheiro da sua conta de Abu Dhabi directamente para a sua conta em Moçambique. Era preciso essa ginástica?" Nhangumele respondeu: Inaete Merali é um amigo. Quando fui ao banco falar com ele sobre o assunto, ele disse que tinha necessidade de ter aquele valor na sua conta em Portugal. Eu fiz isso a pedido dele. Eu poderia ter transferido directamente para a minha conta em Moçambique". No email citado pelo juiz, Nhangumele pediu ao amigo Inaete Merali que assinasse o documento só para a segurança dos dois, mas que não devia levar ao Notário. O juiz questionou: "Porquê não devia levar o acordo ao Notário"? O reu deu uma resposta hilariante: "Devido aos custos, meritíssimo!".

## O impronunciável nome de Filipe Nyusi ...

Nos primeiros cinco dias do julgamento, o antigo Ministro da Defesa Nacional na altura do calote foi dos mais citados. Mas seu nome foi dos menos pronunciados pelos dois réus, pelo juiz da causa, pela representante do Ministério Público, pela assistência (Ordem dos Advogados de Moçambique).

Nyusi é cordialmente tratado como "Ministro da Defesa Nacional", "antigo Ministro da Defesa Nacional", "então Ministro da Defesa Nacional", "Ministro da Defesa Nacional à data dos factos" e "actual Presidente da República". É como se todos não se lembrassem do seu nome. É como se fosse heresia pronunciar o nome de Filipe Nyusi no remanso daquela tenda esticada no Estabelecimento de Máxima Segurança, vulgo BO.

Corriqueiro é o nome do antigo Ministro das Finanças. É pronunciado por todos. Sem tabus. Mesmo quando os réus se limitam a dizer "Ministro das Finanças", o juiz faz questão de o identificar pelo nome: o senhor Manuel Chang. Até na hilariante lista dos nicknames do calote, Chang foi identificado no tribunal. É o Chopstick. É o Yellow Man. Porquê Chopstick, indagou o juiz ao réu Nhangumele... Porquê Yellow Man, voltou a indagar o juiz. Pela explicação dada, os dois nicknames têm que ver com o fenótipo do antigo Ministro das Finanças. E com o seu nome (Chang), que sugere origens chinesas.

E quem era Filipe Nyusi? Ninguém questionou. Não tinha ele um nickname na planilha de pagamentos da Privinvest? Ele que foi citado por Jean Boustani como tendo recebido um milhão de dólares em apoio à sua campanha presidencial de 2014.



Em 2020, Filipe Nyusi lançou um livro sobre o seu legado na Defesa

Alexandre Chivale - advogado ligado à família Guebuza - foi dos poucos que sempre pronunciou o "misterioso" nome de Filipe Nyusi. Com a devida formalidade: "Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, à data dos factos Ministro da Defesa Nacional". Mesmo assim, quando o juiz Efigénio Baptista ditava a acta, limitava-se a dizer Ministro da Defesa Nacional.

Na qualidade de Ministro da Defesa Nacional, Filipe Nyusi participou em muitas reuniões em que foram discutidos assun-

tos relacionados com o projecto de protecção da zona económica exclusiva. Tanto na Presidência da República, como no Ministério da Defesa Nacional, onde ele liderava os encontros. Foi ele quem ordenou que Nhangumele devia cessar a sua participação no projecto sob a alegação de que não fazia parte das Forças de Defesa e Segurança.

Ainda na sua capacidade de Ministro da Defesa Nacional, Nyusi assinou documentos, como atesta uma carta de 13 de Janeiro

ro de 2014, na qual pede ao Ministro das Finanças a apreciação e aprovação da proposta de contrato de concessão que seria assinado entre o Governo e a ProIndicus, bem como a proposta de diploma ministerial destinada à consignação de receitas a favor do INAMAR (Instituto Nacional da Marinha), para que seja esta entidade a custear as despesas decorrentes do exer-

cício da actividade de protecção costeira.

Mesmo assim, o juiz da causa chumbou o pedido do reu António Carlos do Rosário de audição, na qualidade de declarante, de Filipe Nyusi – na sua capacidade de Ministro da Defesa Nacional, à data dos factos. Nyusi foi Ministro da Defesa Nacional entre 2008 e 2014 e escreveu um livro sobre o seu legado.


E uma nota interessante, embora fora do contexto do julgamento, é que o juiz anunciou, com a devida antecedência, o intervalo de uma hora a partir das 16H00. Exactamente o horário em que o Presidente da República iria fazer a comunicação à Nação no âmbito das medidas de prevenção da Covid-19. Pode ter sido uma interessante coincidência.



**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Emídio Beula  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, e Ligia Nkavando.  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

**PARCEIRO PROGRAMÁTICO**



**PARCEIROS DE FINANCIAMENTO**

